

Intolerância precoce: a fome de zero a seis*

Mara Selaibe**

Em um relatório de 1951, especialistas em saúde mental da Organização Mundial de Saúde reconheceram os cuidados com a infância e com a adolescência como fundamentais na constituição sadia da vida psíquica do adulto. Tentaram chamar a atenção de médicos, juristas e políticos para a necessidade de cada sociedade garantir aos pais a possibilidade de atender seus bebês e crianças gozando de condições para tal. Mais do que enumerar as exigências materiais a favor do bem-estar físico, esse relatório é notável por ter sublinhado a importância em se promover a saúde mental já a partir da gestação. Passados 58 anos desde essa declaração oficial da OMS, não há no Brasil, nem sequer em São Paulo, programas governamentais em número e qualidade suficientes voltados para a atenção primária à saúde psíquica. Essa tarefa permanece, prioritariamente, a cargo de cada família a depender de sua estrutura interna e suas posses.

Do ponto de vista ético a intenção manifesta de governantes em combater a fome é impecável. A entrega imediata de comida, os empreendimentos na infra-estrutura e as medidas econômicas são necessários. Entretanto, não são suficientes.

Observemos em volta. Se, por exemplo, às 20 horas de alguma noite focamos o olhar no bando de meninos da esquina com suas bolinhas acrobáticas e em plena algazarra, pode até acontecer de sentirmos alguma compaixão legítima – claro que isso também irá depender do quanto estamos envolvidos e distraídos com nossas próprias mazelas e quanto estamos vendo daquilo que olhamos. Eles são aqueles que perambulam e farreiam nos faróis paulistanos destituídos de tudo que nossos filhos gozam por direito, como já sabemos. Mas é diferente quando, às 23 horas da mesma noite, no mesmo local, uma menininha de seis ou sete anos, magrinha e suja, sozinha e munida de uma pedra do tamanho de sua mão aparece na janela do carro ameaçando quebrá-la e nos faz sentir medo. Ela nos obriga a mais do que compaixão; obriga-nos a pensar: ela tem fome de quê? É bom lembrar que a diferença entre ela e os outros do bando pode não ser tão grande. Afinal são todos famintos.

Então, a fome é de quê? De comida. De afeto. De oportunidade. De Direitos Humanos, portanto.

Neste ponto recordemos o Artigo 1º, parágrafo 2, da Declaração de Princípios sobre a Tolerância – aprovada e proclamada em 1997, quando da realização do Seminário Internacional *Ciência, Cientistas e a Tolerância*, pela parceria Unesco/USP. Nele está escrito: *A tolerância não é concessão, condescendência, indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa, fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro.* Perverter, ao negligenciar, o direito de um bebê ou de uma criança ao acolhimento psíquico que só pode ser oferecido por um outro humano que lhe deseje de fato, que lhe dedique tempo e cuidados singulares a partir, antes de mais nada, da própria alimentação, é – ou deveria ser – entendido como um crime cuja vítima estará impedida de desfrutar uma vida psiquicamente digna. Será impossível lhe ressarcir este direito uma vez lesado.

E por quê? Ocorre que a alimentação do bebê e da criança pequenina inscreve a marca do que venha a ser o ato de receber. Ao ser alimentado o bebê tem a oportunidade de ser iniciado no universo das tantas emoções. O alimento concreto, material, pode não variar tanto, mas a intimidade criada entre o bebê e sua mãe, ou a pessoa que constantemente cuida dele, deixará os rastros intensos de um tipo de ligação amorosa inaugural, base para todo amor desenvolvido ao longo da existência. A primeira infância congrega as maiores chances de saúde psíquica e as maiores chances de catástrofe psíquica. A alimentação é o protótipo do que se deve cuidar para tentar oferecer as melhores oportunidades de desenvolvimento e constituição de cada vida que se inicia, ainda que os tropeços e as falhas também sejam imprescindíveis. Entretanto, as experiências precoces positivas têm de ser em maior número do que as frustrações e os momentos de desamparo. A repetição do bom é o que cria a confiança e a esperança imprescindíveis para seguir na vida. Ao contrário, no que diz respeito à alimentação, a insistência de experiências ruins e destruturantes trará como resultado perturbações de caráter e de personalidade contundentes. O respeito aos primeiros seis anos de vida é uma atitude humana insubstituível e cuja responsabilidade direta está conferida às famílias, desde que as famílias contem com o que lhes é de direito na roda das trocas sociais. Alimentar uma criança é formar um cidadão.

A alimentação tem de carregar junto o gosto pelo fato das crianças estarem ali comendo, crescendo lindas e ativas, tem de carregar junto afeto e acolhimento. Ser alimentado atesta o reconhecimento de ser visto como alguém desejado e importante. Isso marca a rota de vida de cada qual diante de uma bifurcação decisiva: habitar um mundo emocional vivo ou ser arrastado na direção de um Carandiru da alma mais ou menos mortificado; sentir-se junto no mesmo barco – de modo que o próprio bem-estar importe a alguém com quem se possa contar e que lhe confere a chance de se identificar – ou, ao revés, dar de cara com um atropelo de vivências íntimas marcadas pela frieza e pelo isolamento ao final refletidas em um sofrimento invisível, cuja deliberada delinquência pode ser o único meio de se sentir vivo, de fazer diferença no mundo de todo mundo.

A fome e a violência caminham juntas não exatamente pela mera questão da revolta. Mas muito mais em função da impossibilidade psíquica que domina aquele que não desfruta do direito de ser cuidado. Tratando-se de direitos, isso quer dizer que os destinos psíquicos de um cidadão e as conseqüências de seus atos também dizem respeito às políticas de sua cidade e aos atos de seus governantes e concidadãos. Se concordarmos que a família não pode e nem deve ser responsabilizada sozinha pelos possíveis percalços de suas crianças e jovens, devemos manter a coerência e admitir a urgência dos governos e da sociedade civil cumprirem cada um sua parte em prol dos mais pequeninos.

Os abrigos infantis devem ser utilizados apenas como último recurso da sociedade para tentar reparar a ausência completa de uma melhor alternativa familiar. Entretanto, a creche e a pré-escola são lugares privilegiados para um enfrentamento bem sucedido da fome de comida, de afeto e de oportunidade que agride e discrimina crianças de zero a seis anos quando seus pais ou famílias não têm condições de fazê-lo. Na posição de seres cuja dependência máxima, cuja vulnerabilidade máxima, exige atenção essencial e ininterrupta, eles ainda não contam sequer com a garantia efetiva para não passarem seus dias nas ruas ou mesmo sob cuidados duvidosos. Ainda que a partir da Constituição de 1988 todas as crianças tenham adquirido o direito a freqüentar creches e pré-escolas,

esse direito não passou às vias de fato sequer na cidade mais rica do país. E tem de passar.

Criança precisa conviver com criança e as crianças em convivência precisam receber de adultos – comprometidos com tudo que é importante para crianças na primeira infância – os cuidados e atenções indispensáveis para se apossarem de suas vidas no devido tempo, dotados de capacidade para exercer uma profissão e disposição para amar.

Na prática, para se acabar com a fome e seus derivados é preciso mais do que algumas mamadeiras ou três refeições diárias. Alguém tem de estar presente testemunhando o prazer de saborear. Alguém tem de querer estar ali pelo prazer de acompanhar o prazer de saborear. Comer brincando vale por tudo aquilo que encher a barriga não cumpre.

O diferencial para investir com radicalismo nos pequeninos de zero a seis anos está em investir em suas vidas incluindo a perspectiva da construção psíquica. Isto implicará um passo em direção ao anseio de ultrapassar a fome, na construção de personalidades integradas que não sejam impelidas a agir a violência e a ignorância cruas que pulsam em todos nós. Se assim fosse, tanto o destino pré-definido do bando de meninos do farol da esquina – que ainda brincam e se relacionam –, quanto o olhar ameaçador da menina solitária de sete anos – que já nem se parece mais com uma criança – não vagariam pelas ruas sinalizando o crescimento desmesurado de nossa miséria desumana.

* Artigo originalmente publicado sob o título *A prefeitura e a psicanálise* no *Jornal da Tarde*, São Paulo/SP, p.2, 23 jan. 2004.

** Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto *Sedes Sapientiae*, pesquisadora do *Diversitas* – Núcleo de Estudos das Diversidades, das Intolerâncias e dos Conflitos/ USP. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Autora do livro *Ensaio clínico sobre o sentido*. São Paulo: EDUSP e Casa do Psicólogo, 2003 e de outros artigos.